



Abaixo-assinado contesta taxa de luz

Promotor anexa documento a inquérito que investiga nova contribuição

Selma Schmidt

• O promotor Rodrigo Terra, da Defesa do Consumidor do Ministério Público estadual, recebeu ontem e anexou ao inquérito civil aberto por ele um abaixo-assinado de moradores da Barra, do Recreio e de Santa Cruz contrários à cobrança da Contribuição Para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip). Com cinco mil nomes, o abaixo-assinado foi organizado pelo vereador Carlo Caiado (DEM) antes mesmo de o substitutivo criando a Cosip ter sido aprovado pela Câmara.

Também ontem, Terra encaminhou ao prefeito Eduardo Paes uma requisição de informações sobre a Cosip. Paes tem dez dias úteis para responder. O promotor já tinha enviado ao prefeito um documento recomendando que ele não

sancione o projeto. Terra aguarda pela sanção para ingressar com a ação na Justiça:

— A Cosip é inconstitucional, porque taxas e contribuições não podem ser usadas para remunerar um serviço indivisível, universal, como a iluminação. É o imposto que remunera o que é universal. A fixação do valor da Cosip pelo consumo dos imóveis também não é um parâmetro. Moradores de ruas sem iluminação pública, mas que têm luz nas casas, vão pagar a nova taxa?

Outra questão levantada pelo promotor é quanto à capacidade contributiva, que, segundo ele, não pode ser medida pelo relógio doméstico:

— Uma família que passa o dia inteiro fora pode ter mais capacidade contributiva do que um casal de idosos, que fica em casa e gasta mais luz.

Outra ação poderá ser impedida pelo PSDB. A proposta será feita ao partido pelo deputado federal Otávio Leite. Para ele, o fato de a contribuição estar embutida na conta de luz contraria o direito do consumidor:

— O artigo 164 do Código Tributário Nacional veda a vinculação de um tributo a uma obrigação de outra natureza.

Vereadora quer saber impactos na arrecadação

Já a vereadora Andrea Gouvêa Vieira (PSDB) enviará hoje um requerimento à prefeitura para saber o impacto da Cosip na arrecadação. Ela vê indícios de ilegalidade na forma como a cobrança está sendo determinada:

— Não é possível vincular uma conta à outra. Fere o direito do consumidor. Além disso, o prefeito está descum-

prindo promessa de campanha, de que não aumentaria tributos. Ele está se escondendo atrás de um projeto do ex-prefeito Cesar Maia e de um substitutivo de um vereador (Luiz Carlos Ramos).

Para Andrea, melhor seria Paes ampliar a base de quem paga IPTU, para custear a manutenção da cidade. Ela lembra que, com as mudanças feitas na legislação em 1999 por iniciativa de vereadores, 60% dos contribuintes residenciais ficaram isentos (das 1.392.821 residências, 553.604 recebem carnês), a maioria na Zona Oeste e no subúrbio. ■

O GLOBO NA INTERNET
GALERIA Leitores são contra a taxa de iluminação e debatem a cobrança na campanha 'Dois gritando'
oglobo.com.br/doisgritando